

CORREIO BRAZILIENSE

19 ABR 1993

Ministros apressam plano anticrise

Por determinação do presidente Itamar Franco, os ministros das áreas econômica e social estão trabalhando na preparação do programa de ação governamental. O ministro da Fazenda, Eliseu Resende, por exemplo, passou o dia de ontem trabalhando, de acordo com seu assessor de Imprensa, Geraldo Moura. As idéias dos ministros serão conhecidas na reunião ministerial do próximo sábado, que será aberta à imprensa.

Segundo o presidente Itamar Franco, este procedimento foi adotado para que tudo seja "feito às claras", e ninguém pense que o Governo vai anunciar algum novo plano econômico "mirabolante".

Algumas dessas medidas, entretanto, já são conhecidas e têm como meta combater a recessão e diminuir a miséria do País. Entre as propostas, destacam-se o incentivo ao programa de privatização, com a criação de uma nova moeda para a compra das estatais; a liberação de um milhão de dólares para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiar programas de criação de empregos e a reformulação do Sistema Financeiro da Habitação, com objetivo de construir pelo menos 200

mil novas moradias com recursos orçamentários, de fundos e da caderneta de poupança. O financiamento à casa própria está paralisado há algum tempo por falta de verba.

O programa de recuperação das rodovias federais também será iniciado, ampliando o mercado de trabalho no País. Segundo Itamar, a reunião não será muito prolongada. Ele pretende, primeiro, ouvir seus ministros para, no final, falar. Somente os representantes dos ministérios das áreas social e econômica terão espaço para apresentar suas propostas. O programa de combate à fome deve ser adotado por meio de projeto de lei. Já muitas medidas da reformulação do Sistema Financeiro da Habitação podem ser tomadas de imediato pelo Governo, pois dependem de resolução do Conselho Monetário Nacional.

FGTS — Outra reunião importante desta semana é a do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Quinta-feira, o Conselho Curador se reúne mais uma vez para tentar obter um consenso sobre o pagamento das mais de 80 milhões de contas inativas do FGTS em maio e que envolvem recursos superiores a 3.2 bilhões de

dólares. O FGTS não tem esse dinheiro e o Tesouro Nacional diz que não tem condições de liberar nada. A última proposta do Governo, feita pelo ministro do Trabalho, Walter Barelly, foi a de fazer o pagamento escalonado, com o desembolso de cem milhões de dólares por mês. Limitado a esse desembolso mensal, com recursos do próprio FGTS, o pagamento das contas inativas pode se estender por 36 meses.

Os trabalhadores não concordam com um prazo tão longo e querem que o Governo organize a fila para pagar tudo em até seis meses. O problema já se arrasta há alguns meses e a solução tem que sair até o dia 14 de maio, data prevista na Lei 8.036 para o pagamento das contas inativas. Com a protelação da decisão, o próprio Governo está dividido. A área econômica — constituída pelo Ministério da Fazenda, Banco Central e Caixa Econômica Federal —, ainda insiste em que a liberação do FGTS das contas inativas seja feita apenas para os trabalhadores desempregados. Os demais não teriam direito porque continuam trabalhando e a liberação dos recursos iria contrariar o espírito da lei do Fundo de Garantia.